Driblar a lei ou dar calote

Teotônio Vilela Filho – Senador pelo PSDB alagoano

31 JUL 2004

Pelo projeto do governo, não se sabe muito bem onde termina o público e começa o privado – e só isso já bastaria para condenar um texto particularmente ambíguo. Cria-se na economia um monstrenho com cara de mercado e corpo de Estado, difícil de locomover-se, mais ainda de andar rápido, porque afinal de contas os interesses são conflitantes.

A cabeça vai para um lado, o corpo, para outro – o que na mitologia pode até funcionar, mas na economia... Em outras palavras, é um empreendimento meio-público, meio-privado, que como se pode imaginar, tem a mesma viabilidade de uma mulher meio-grávida. Ou meio-virgem, quem sabe?

Não dá pra esquecer outras questões suscitadas pelo projeto do PPP. Se havia tanta polêmica, levantada pelo próprio PT, no caso das privatizações (e as avaliações eram muito mais simples e objetivas), que preços o governo pagará no caso das PPPs? Como se farão essas avaliações? Mais ainda, “investir” ou “gastar” através da PPP não cria uma forma nova e enge-

nhosa de burlar a Lei de Licitações? Parece que o governo não quer apenas um cheque em branco, quer logo talões inteiros.

É claro que sempre se argumentará com a honestidade pessoal dos integrantes do atual governo, cuja honra é tão inquestionada como a do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, por exemplo. Mas as leis devem exatamente abstrair situações e pessoas, criando normas objetivas de conduta pública, que estabeleçam controle social, acima de governos e de pessoas.

Argumento muito parecido foi posto pelo ministro da Justiça do AI-5, cujo nome a história jogará no lixo, quando o vice-presidente Pedro Aleixo alertava para o arbítrio que se institucionalizava. O ministro arguia com as “mãos honradas” do general-presidente de então como garantia de sábia e criteriosa aplicação do AI-5. Vimos no que deu.

O próprio texto enviado pelo Governo remete a outras armadilhas inevitáveis. Se o governo aparece como

devedor ou avalista do investimento “meio-público” da PPP, estará ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se o empresário negociar com um banco o que tem a receber do governo – e o projeto da PPP prevê isso com todas as letras, há endividamento público, que hoje é sujeito a normas e procedimentos muito claros e severos. O que se pretende é burlar esses controles?

Particularmente, tenho a sensação de que, como está, o projeto da PPP não será aprovado, até porque o próprio ministro do Planejamento já admite a revisão do texto. Nem por isso diminui minha apreensão. Os porta-vozes oficiais, ao menos de público, parecem jogar todas as suas fichas para garantir o crescimento do País na aprovação de um projeto que encurralou o próprio governo entre duas alternativas extremamente cruéis: driblar a lei ou aplicar um calote no investidor.

Já tivemos alternativas melhores. Tanto para governar como para crescer.

■ A primeira parte deste artigo foi publicada ontem